

# Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo<sup>1</sup>

**Andréia Moassab**

MALOCA, PPGPD / UNILA

---

<sup>1</sup> Partes deste texto foram publicadas ou apresentadas anteriormente: no XVI ENANPUR (2015) e nas revistas *Arquitextos* (2016a) e *Arquitetas Invisíveis* (2016b), todos referenciados ao final.

## Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo

### Resumo

Este texto busca evidenciar os desafios de trabalhar as categorias gênero e raça de forma transversal no ensino de arquitetura e urbanismo. Não apenas a invisibilidade da produção arquitetônica das mulheres e das pessoas negras é um fato no sistema de valoração na área, profundamente androcêntrico, eurocêntrico, burguês e racista, mas também muito pouco tem sido feito pelas escolas de arquitetura e urbanismo que em grande parte reproduzem este sistema. Com o objetivo de reverter este quadro, o recorte de gênero e étnico-racial tem sido minha preocupação constante em sala de aula desde 2009, ainda quando docente em Cabo Verde, na África. Contudo, o que parece ser uma simples proposta didática é de fato um enorme desafio, visto que há pouquíssimo material publicado sobre as arquitetas mulheres e de arquitetos/as negros/as, de modo que toda esta experiência pedagógica só tem sido possível com a enorme colaboração dos/as alunos/as que acolhem os trabalhos propostos, cientes das dificuldades que fazem parte de um sistema de invisibilização de gênero e raça socialmente naturalizado.

**Palavras-chave:** gênero, mulheres na arquitetura, ensino de arquitetura e planejamento urbano, UNILA.

## Los retos de introducir las categorías de género y raza en la enseñanza de la arquitectura y el urbanismo

### Resumen

*Este texto busca destacar los retos de trabajar las categorías de género y raza de manera transversal en la enseñanza de la arquitectura y el urbanismo. La invisibilidad de la producción arquitectónica de mujeres y personas negras no es solamente un hecho en el sistema de valoración en el área, profundamente androcéntrico, eurocéntrico, burgués y racista, sino que también muy poco ha sido hecho por las escuelas de arquitectura y urbanismo que reproducen, en gran medida, este sistema. Con el objetivo de revertir esta situación, el enfoque de género y étnico-racial ha sido mi preocupación constante en las aulas desde 2009, incluso cuando fui profesora en Cabo Verde, África. Sin embargo, lo que parece ser una simple propuesta didáctica es, en efecto, un gran reto, ya que hay muy poco material publicado sobre mujeres arquitectas y arquitectos/as negros/as, por lo que toda esta experiencia pedagógica sólo ha sido posible con la enorme colaboración de los/as alumnos/as que acogen los trabajos propuestos, conscientes de las dificultades que forman parte de un sistema de invisibilización de género y raza socialmente naturalizado.*

**Palabras clave:** género, mujeres en la arquitectura, enseñanza de arquitectura y urbanismo, UNILA.

## **The challenges of presenting the categories of gender and race in the teaching of architecture and urbanism**

### **Abstract**

*This paper aims at focusing on challenges about dealing with the categories of gender and race in a transversal way in the teaching of architecture and urbanism. Not only the invisibility of Black people and also Black women architectural production is a fact in the judgement of this specific area of knowledge, which is deeply androcentric, eurocentric, bourgeois and racist, but also very little endeavour has been done by architecture and urbanism institutions. These institutions reproduce this oppressive system. Attempting to revert this context, the gender and ethnic-racial issues have constantly called my attention in my classes since 2009, when I was a professor in Cape Verde, Africa. However, it appears to be a simple didactic purpose but, in fact, it is a tremendous challenge. There are very few published materials about women, Black women and Black men who are architects and all of this pedagogical experience is possible because of a huge collaboration that comes from our students, who are very aware of the difficulties caused by a socially naturalized system that invisibilizes genders and races.*

**Keywords:** gender; women in architecture; teaching of architecture and urbanism; UNILA.











Foto: Fran Rebelatto. Sucre, Bolívia



## Introdução

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) resulta de um projeto do governo federal para a integração regional, oriundo de um reconhecimento da “urgência de promover, por intermédio do conhecimento e da cultura, a cooperação e o intercâmbio solidários com os demais países da América Latina” (UNILA, s/d). O seu curso de Arquitetura e Urbanismo foi iniciado em 2012. Tendo por base a missão da UNILA como universidade voltada para a integração regional, o CAU UNILA se propõe a contribuir para compreender as particularidades do espaço construído e habitado latino-americano a partir de uma concepção da arquitetura e do urbanismo como ação política. Em outras palavras, em diálogo com a perspectiva crítica fundante da universidade, o curso tem por base o pensamento decolonial, por julgá-lo adequado ao contexto latino-americano, voltado para a consolidação de uma perspectiva epistemológica própria e com vistas à autonomia e à emancipação dos povos subalternizados.

Este marco teórico evidencia a colonização epistêmica do sul pelo norte global, colocando em xeque o projeto europeu de modernidade. O reconhecimento das diferenças étnicas e de gênero tem forte presença nestes debates, assim como o desenvolvimento de uma episteme do Sul, ou decolonial, distanciada dos referenciais daquele projeto de modernidade. No Brasil, o campo teórico da arquitetura e urbanismo tem estado pouco presente neste debate, que se constitui um importante referencial teórico para compreender os sistemas de produção de sentidos e valor hegemônicos que historicamente excluem ou invisibilizam uma parte significativa da produção arquitetônica subalterna (MOASSAB, 2013a).

Além da integração, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são outros pilares constitutivos da UNILA. O primeiro pressupõe o esforço de desenvolver perspectivas teórico-metodológicas comuns e a transdisciplinaridade, inaugurando outro modo de pensar o mundo (MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2003; MORIN, 2011) – e, na UNILA, pautado sob a égide do pensamento decolonial. No seu curso de arquitetura e urbanismo, a transdisciplinaridade é parte inerente à abordagem epistêmica de seu projeto pedagógico, cuja perspectiva em médio e longo prazos visa à formação de profissionais preparados para lidar com as complexidades do mundo contemporâneo. Em outras palavras, o CAU UNILA é orientado por uma prática pedagógica voltada para o respeito aos diversos saberes que compõem a sociedade com especial atenção àqueles alijados do ensino de arquitetura e urbanismo.

Por conseguinte, questões de gênero e raça perpassam diversas disciplinas do curso, sendo também tema específico de debate na optativa: “Arquitetura, Cidades, Relações Étnicas e de Gênero”.<sup>2</sup> Nessa direção, nas demais disciplinas, sobretudo do Eixo de Instrumentação Crítica, o pensamento crítico deve atentar-se para uma análise sobre como as questões de gênero e raça têm afetado a historiografia da arquitetura, em favor de uma supervalorização da produção arquitetônica masculina, branca, urbana, burguesa, heteronormativa e produzida no norte global (ou sob as suas diretivas).

Não obstante todo este empenho registrado no seu projeto político-pedagógico, cabe aos professores/as a sua efetivação permanente. Dada a pouquíssima formação dos/as docentes da área no debate de gênero e das relações étnico-raciais, este é um primeiro desafio que se impõe na preparação dos planos de ensino. No caso do CAU UNILA, seu jovem corpo docente tem sido exposto constantemente ao debate, que fez parte, inclusive, do “I Colóquio de Ambientação Pedagógica” (2014), adequando-se à chegada a maior parte dos/as docentes do curso.

---

2 Vale registrar que até 2017 a disciplina ainda não tinha sido ministrada devido à falta de docentes no curso, que até essa data tem apenas 60% do quadro docente completo previsto.

Ainda que não se traduzam necessariamente numa prática em sala de aula, já são observadas questões transversais, mais relativas a gênero do que a raça, no cotidiano das disciplinas. Este foi o caso do longo debate em ateliê, provocado por um discente, sobre a pertinência ou não de se obrigar a que banheiros públicos tenham mictórios, ocorrido em 2015, na disciplina projetiva Arquitetura V. Ou a reiterada inclusão do debate sobre as mulheres na arquitetura na disciplina Deontologia da Arquitetura e Urbanismo, conforme relatos do professor Gabriel Cunha, várias vezes responsável pela disciplina.

## A produção da não existência

A invisibilidade da produção arquitetônica das mulheres ou dos negros e negras é constitutiva da modernidade ocidental, que há séculos produz a existência e a não existência (SANTOS, 2006). A capacidade da ciência na construção de regimes de verdade e o privilégio epistemológico a que se arrogou nos últimos séculos construiu ou colaborou para aquilo que Boaventura de Sousa Santos designa por “monocultura do saber”. Para o autor, esta é uma das formas mais poderosas de produção da não existência, isto é, tudo aquilo que está fora dos critérios de verdade da ciência moderna é desqualificado, desprezado e invisibilizado de modo irreversível (ibid., p. 102). A universidade é um dos meios por meio do qual os cânones da ciência se consolidam como exclusivos da produção de conhecimento. Qualquer conhecimento produzido fora dos domínios da ciência e, conseqüentemente, da universidade, sob este prisma, é classificado de “ignorância” ou “inferior”. Santos apontou, sobretudo, a ciência moderna como grande instrumento epistemicida da modernidade, quando esta deliberadamente arrasa, marginaliza ou descredibiliza todos os conhecimentos não científicos que lhe são alternativos (ibid., p. 155). Diversos são os modos de produção de não existência sob o jugo de totalidades hegemônicas e excludentes, com base em critérios hegemônicos de saber (que produz o ignorante), de desenvolvimento (que produz o atrasado ou subdesenvolvido); de produtividade (que produz o improdutivo ou preguiçoso); de classificação social (que produz o inferior, como as mulheres e os/as negros/as).

O que propomos, diante deste fato, é uma sociologia das ausências, demonstrando que aquilo que não existe, no caso a arquitetura produzida por mulheres e pessoas negras, “é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (ibid., p. 102), resultando naquilo que o autor chama de desperdício da experiência. Em outras palavras, “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (ibid., p. 94).

Ao desprezar o que as mulheres arquitetas e os/as negros/as vêm produzindo, está-se, por exemplo, ignorando tecnologias e materiais construtivos sócio e ambientalmente mais adaptadas, como é o caso da construção em terra largamente observada na arquitetura quilombola. Ou, ainda, a riqueza coletiva no uso do espaço exterior doméstico (VERÍSSIMO, 2016) observado nas comunidades africanas, afro-latinas e ameríndias. Em muitos modos de morar desconsiderados pela modernidade ocidental (MOASSAB, 2013b), o espaço doméstico não está circunscrito entre paredes. Diversas atividades cotidianas são feitas ao ar livre, como o preparo e cozimento dos alimentos, muitas vezes numa relação importante de troca intergeracional e comunitária que é eliminada ao inserir-se a cozinha no interior da casa e fechá-la do contato social, própria de sociedades em que o preparo dos alimentos é uma função servil e recai sobre as mulheres, trabalhadoras domésticas ou donas de casa.



Ademais, ao visibilizar e creditar exclusivamente a arquitetura feita por homens está-se supervalorizando, ao mesmo tempo, a edificação e a atividade projetiva, que é uma das muitas atuações profissionais em arquitetura e urbanismo. Devido ao sexismo naturalizado na área, percebe-se que muitas das arquitetas mulheres têm vindo a desenvolver trabalhos relevantes em assessoria técnica, planejamento urbano, paisagismo, docência e crítica, subáreas menos prestigiadas em comparação ao projeto arquitetônico, com maior dominação masculina. Outro vínculo indiscernível na área é entre o sexismo e o estrelismo, conforme denunciado por Denise Scott-Brown nos anos de 1970, em sua conferência seminal “Sexism and the Star System in Architecture”, ministrada na Alliance of Women in Architecture, em Nova York, publicada mais de uma década depois (SCOTT-BROWN, 1989). Tornar as ausências uma presença “significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas” (SANTOS, 2006, p. 104) – ao fim e ao cabo, o que vimos demonstrar com este texto.

Essa sociologia das ausências, contudo, impõe enormes desafios. Introduzir questões de gênero e de raça no ensino de arquitetura e urbanismo esbarra num obstáculo fundamental: a escassa pesquisa e produção bibliográfica na área, sobretudo em português. É nos Estados Unidos onde está a maior produção acadêmica sobre os temas, especialmente publicados na última década: *Architecture and power in Africa* (Elleh); *White papers, black marks: architecture, race, culture* (Lokko); *Racism in three dimensions* (Manning); *Architecture and Feminism* (Mercer); *Design and feminism* (Rothschild); *Gender, space, architecture* (Borden et al.); *Gender studies in architecture* (Kuhlmann). Sobre gênero e arquitetura merece destaque, ainda, a produção na Espanha: *Arquitectura y género: espacio público/ espacio privado* (Cevedio) e *Género, espacio y poder* (Vianello e Caramazza). Embora estejam facilmente acessíveis para compra online, essa produção não está isenta de outras clivagens, isto é, no caso do debate de gênero não trata das arquitetas latino-americanas e tampouco há um inclusão do debate racial a partir da afrodescendência ou até mesmo do processo de racialização da América Latina, sob os auspícios da modernidade ocidental.

No Brasil, numa pesquisa breve feita online na maior livraria do país,<sup>3</sup> verificou-se menos de dez títulos publicados por editoras nacionais dedicados à produção de arquitetas, limitados a três arquitetas: 8 títulos sobre Lina Bo Bardi, 1 título sobre Carmem Portinho e 1 título sobre Rosa Kliass. Não existe nenhum livro sobre Mina Klabin, para citar apenas uma, nome fundamental para a história do paisagismo brasileiro, pioneira no uso de plantas nativas no país. Em termos comparativos, sobre Oscar Niemeyer, eram 43 títulos distintos publicados por editoras nacionais, no momento da busca. No que concerne ao debate de arquitetura e gênero, não foi encontrado nenhum livro disponível. Embora existam uns poucos livros publicados no Brasil, são bastante difíceis de encontrar e têm circulação restrita, como é o caso do livro seminal de Ana Gabriela Lima “Arquitetas e arquitetura na América Latina do Século XX”, não disponível para venda.<sup>4</sup>

Igualmente, não foi encontrado nenhum livro publicado por editora nacional sobre arquitetura afro-brasileira, arquitetura e/ou cidades africanas, arquitetos/as negros/as ou africanos/as. Alguns pouquíssimos livros sobre arquitetura popular dedicam itens ou capítulos à arquitetura afro-brasileira e à arquitetura indígena. Isto significa que a inclusão desses temas no ensino enfrenta a ausência de referências bibliográficas, representando um desafio significativo (e muitas vezes uma barreira) para o debate destas questões nos planos político-pedagógicos e em sala de

3 Pesquisa realizada na página da Livraria Cultura em julho de 2014, atualizada em outubro de 2017.

4 No momento de redação desse texto, o livro estava disponível para download gratuito em [https://femininoeplural.files.wordpress.com/2014/03/arquitetasalxx\\_final.pdf](https://femininoeplural.files.wordpress.com/2014/03/arquitetasalxx_final.pdf).

aula. A despeito destes entraves, temos no CAU UNILA docentes interessados/as no tema. Vale mencionar que uma docente e um docente, de um total de dezesseis efetivos/as, têm pesquisa já de longa data sobre gênero e raça,<sup>5</sup> e outras duas docentes integraram o Fórum de Equidade de Gênero na universidade, índice relevante em comparação a outros cursos no país.

## A invisibilidade das mulheres na arquitetura

É com base na minha experiência de ensino na UNILA que partilharei brevemente os desafios de inserir questões concernentes a gênero e raça nas disciplinas por mim ministradas desde 2013. A princípio timidamente, a questão de gênero foi tratada nas disciplinas “Crítica e História da Arquitetura e da Cidade II” (2013), “Arquiteturas Afro-Brasileiras” (2015) e “Arquiteturas e Cidades Africanas” (2015). Nessas três disciplinas, a produção das arquitetas estava presente em temas mais amplos, como foi o caso de inserir Mina Klabin, Jane Drew e Gae Aulenti na exposição “Arquitetura(s) Moderna(s)”, em 2013. Nas disciplinas com foco em África e na produção afro-brasileira, a questão de gênero estava necessariamente sobreposta ao recorte étnico-racial. Deste modo, exploramos as heroínas negras na história do Brasil e da Venezuela, em “Arquiteturas Afro-Brasileiras” (2015) e inserimos quatro arquitetas (de um total de doze) para compor a exposição “A[r]qui-África: por uma decolonialidade do saber arquitetônico” (2015), escolha bastante ousada pela raridade de material sobre arquitetas mulheres, negras e africanas.<sup>6</sup>

Com o acúmulo das experiências anteriores, foi possível duas versões de trabalhos finais da disciplina de “Crítica e História da Arquitetura e da Cidade II” apenas com obras de arquitetas modernas, cuja produção fosse necessariamente anterior aos anos de 1960. Dada a especificidade da UNILA, também era importante que a maior parte das arquitetas fosse latino-americana. Na edição de 2015, a primeira exclusivamente com arquitetas mulheres, com o auxílio da monitora da disciplina, de uma lista inicial de 40 nomes pesquisados antes da proposição do tema ao alunado, chegamos a cerca de 20 arquitetas que teriam material de pesquisa disponível online para os/as alunos/as. Dos 9 nomes iniciais (um para cada aluno/a), 3 tiveram que ser trocados ao longo do semestre porque os/as alunos/as não conseguiram encontrar material suficiente. Os trabalhos foram expostos online e deram origem, no Facebook, à página “La (In) Visibilidad de la Mujer en la Arquitectura”,<sup>7</sup> dedicada desde então a dar visibilidade às arquitetas mulheres, sendo constantemente atualizada. A exposição online contou com nove arquitetas do primeiro período do modernismo. Do continente europeu estão Matilde Ucelay (Espanha) e Margarete Schütte-Lihotzky (Áustria). Da América Latina e Caribe foram escolhidas Astrid Gustafson (Paraguai), Carmen Córdova (Argentina), Carmen Portinho (Brasil), Dora Riedel (Chile), Gherty Besosa-Silva (Porto Rico), Luz Amorochó (Colômbia) e Mina Klabin (Brasil). Na edição de 2016, a experiência foi radicalizada ao selecionar para os trabalhos somente arquitetas mulheres latino-americanas pioneiras do modernismo em seus países: Alicia Alamo (Venezuela), Carmen Córdova (Argentina), Carmen Portinho (Brasil), Ítala Fulvia (Argentina), Julia Guarino (Uruguai), Lina Bo Bardi (Brasil), María Luisa Dehesa (México), Mary Doris Clark (Peru), Mina Klabin (Brasil) e Rosa Kliass (Brasil).

Em decisão coletiva, os trabalhos seriam expostos na abertura do semestre seguinte, coincidentemente com o mês internacional da mulher, no início do ano letivo. Na ocasião, com

5 Trata-se da autora deste texto e Leo Name. Importa destacar ambos são os primeiros coordenadores do curso, o que em parte possivelmente colaborou para pautar a questão no curso.

6 Os trabalhos da disciplina foram expostos nas atividades de comemoração ao Dia da África (25 de maio).

7 Ver [www.facebook.com/InVisibilidadDeLaMujerEnLaArquitectura/](http://www.facebook.com/InVisibilidadDeLaMujerEnLaArquitectura/).

vistas a incluir outros/as alunos/as interessados/as no debate, fizemos uma oficina na abertura do semestre com o tema “A invisibilidade das Mulheres na Arquitetura”, na qual aqueles/as com pôster já feitos puderam melhorar seus trabalhos, outros/as puderam fazer pesquisas rápidas e gerar pequenos textos acompanhados de imagem, publicados como *post* na página da rede social já mencionada. A exposição dos trabalhos acabou sendo adiada, integrando a programação do “I Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul”,<sup>8</sup> realizada, então, em outubro de 2017. Compunham a exposição trabalhos de Alicia Alamo (Venezuela), Carmen Córdova (Argentina), Lina Bo Bardi (Brasil), Maria Luisa Dehesa (México) e Mina Klabin (Brasil), respeitando uma seleção com foco na produção modernista, incorporando a perspectiva de gênero e território: mulheres na América Latina.

No sentido de contribuir para uma reversão da produção da não existência, constitutiva da modernidade ocidental, vimos realizando trabalhos semestrais com os/as alunos/as, profundamente pautados pela visibilidade, seja das espacialidades afro-brasileiras (quilombos e terreiros), da produção de arquitetos/as latino-americanos/as ou africanos/as, ou especificamente das arquitetas modernistas da primeira metade do século XX. Ainda que não sejam disciplinas específicas sobre a questão racial e de gênero, apostamos no debate transversal de tais temas, inseridos em temáticas maiores, como é o caso das disciplinas de Crítica e História.

As nove arquitetas escolhidas para a 1ª edição dos trabalhos, em 2015, e as oito da 2ª edição, em 2016 (resultando em 5 nomes para a exposição pública, em 2017), foram importantes em seu tempo, sem que tivessem o devido reconhecimento. Não apenas é extremamente difícil conseguir material sobre essa produção, obrigando a todos/as os/as envolvidos/as a realizarem uma “sociologia das ausências” (SANTOS, 2006), como muitos dos trabalhos realizados pelas arquitetas foram ocultados dos créditos finais, concedidos aos seus pares homens, como é o caso de Margarete Schütte-Lihotzky (Áustria), Lilly Reich (Alemanha) e Carmen Portinho (Brasil), ou elas foram deliberadamente subalternizadas, aparecendo apenas como desenhistas, como aconteceu com Marion Griffin (EUA) e Ítala Fulvia (Argentina).

Um dos casos mais emblemáticos desta invisibilização é o da austríaca Margarete Schütte-Lihotzky, responsável pela revolucionária cozinha de Frankfurt, um marco na história do espaço doméstico. Foram cerca de 10 mil cozinhas construídas nos anos de 1920, um fenômeno da produção em série apagado da história da arquitetura ou, pior, creditada equivocadamente a Ernst May – erro cometido inclusive por Leonardo Benevolo, cujos livros são bibliografia básica em grande parte dos cursos no Brasil.

Entre as brasileiras selecionadas, Carmem Portinho nos últimos anos tem sido devidamente reconhecida, embora ainda haja espaço para muitas pesquisas e publicações sobre seu trabalho e sua militância. Por sua vez, Mina Klabin, não obstante sua extrema ousadia e pioneirismo, ainda na década de 1920, no uso de flora nativa no paisagismo brasileiro, permanece obliterada das publicações especializadas. As poucas pesquisas e artigos sobre o seu trabalho, até o momento não suscitaram, ao que parece, o interesse de publicação pelas editoras. Ainda, a mexicana Maria Luisa Dehesa, aclamada em seu país como a primeira arquiteta da América Latina, não tem material suficiente sobre sua obra disponível online. A aluna e o aluno, para apresentarem um trabalho sobre ela, tiveram que optar por demonstrar o que não está produzido – gerar dados e estatísticas da ausência e não da presença.

---

8 A exposição “As Mulheres na Arquitetura” ficou aberta à visitação pública de 10 a 20 de outubro de 2017, na Biblioteca Paulo Freire, na UNILA/PTI. Após este período, a versão digital dos trabalhos integrou o repositório de trabalhos da biblioteca, inserindo-os numa rede internacional de bibliotecas universitárias para consulta pública online.



As outras pioneiras trabalhadas foram: Gherty Besosa-Silva,<sup>9</sup> Matilde Ucelay, Dora Riedel, Luz Amorocho e primeiras arquitetas em seus países (Porto Rico, Espanha, Chile e Colômbia, respectivamente); Carmen Córdova, arquiteta argentina a ser a primeira (e única até 2017) decana da *Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo* da *Universidad de Buenos Aires*, em 1994; no Paraguai, Astrid Gustafson, nas últimas décadas destacada ativista social à frente de uma ONG voltada para políticas públicas e desenvolvimento local.

No trabalho dos/as estudantes era necessário apresentar pelo menos a análise de um projeto das arquitetas, tarefa bastante simples quando se trata de pesquisar arquitetos homens do mesmo período histórico, mas que se torna um calvário ao tratar-se de profissionais mulheres. Desta feita, muitos/as alunos/as tiveram que deduzir ou desenhar os projetos a partir de fotos ou informações parciais, devido à ausência de registros dos trabalhos das arquitetas mulheres, sobretudo, das latino-americanas. Especialmente por conta destes percalços, considero um sucesso o material apresentado a público nas duas edições dos trabalhos. Toda a adversidade em encontrar material foi amplamente debatida em sala de aula, evidenciando ao alunado como é produzida a invisibilidade de gênero em arquitetura,<sup>10</sup> demonstrando na prática o funcionamento do sistema de clivagem de gênero na sociedade.

Vale ressaltar uma menor dificuldade em localizar material produzido pelas arquitetas mulheres na atualidade. Ainda é necessária pesquisa específica – a informação não aparece espontaneamente ao buscar temas da arquitetura contemporânea, a qual permanece focada na produção dos homens. Pudemos constatar este fato ao propor como trabalho na disciplina *Arquiteturas Latino-Americanas*, ofertada no 7º semestre letivo, a elaboração de um vídeo sobre a produção contemporânea em diversos países, com o desafio, mas não obrigatoriedade, de incluir o debate de gênero. Dos 10 trabalhos produzidos,<sup>11</sup> um versou sobre as invisibilidades em arquitetura, a partir do contexto peruano, entre as quais a invisibilidade de gênero; outro tratou exclusivamente das mulheres na arquitetura mexicana das últimas décadas e muitos trabalhos citaram arquitetas ao longo do vídeo, ainda que o foco escolhido não tenha sido esse. Claro está que não se trata apenas de maior facilidade para localizar estas informações. De fato, faz enorme diferença um olhar já interessado e treinado dos/as discentes do CAU UNILA, atentos às diversas clivagens a que visibilidade da produção arquitetônica está sujeita, o que é evidenciado nas suas escolhas nos mais diversos trabalhos do curso.

## Afinal, as pessoas negras fazem arquitetura

A questão das visibilidades é parte de minha pesquisa já de longa data. Nos últimos anos, em algumas conferências que ministrei para um público de estudantes ou profissionais de arquitetura e urbanismo, muitas vezes peço para que a plateia cite espontaneamente o nome de arquitetas e arquitetos. O tempo é cronometrado até que a primeira pessoa consiga uma lista com dez nomes. Em média, o público leva menos de dois minutos para listar dez arquitetos homens. Por outro lado, nunca, nenhuma plateia conseguiu chegar a dez arquitetas mulheres, to-

9 Em 1950, Gherty Besosa-Silva se muda para o Brasil, para acompanhar o marido, deixando de exercer a profissão.

10 O tema suscita reflexões, em aula, sobre outras clivagens na área, como o desconhecimento da arquitetura latino-americana no cenário internacional, ou ainda, as assimetrias dentro do continente, como é o caso da pouquíssima informação sobre as arquiteturas paraguaia ou boliviana; e das assimetrias regionais no país, onde o ensino é pautado basicamente pela produção Sudeste-Sul.

11 Os países escolhidos para os trabalhos foram: Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. No início do semestre havia a proposta de trabalharmos a Bolívia, mas as assimetrias regionais no que tangem à produção arquitetônica foram evidentes. A completa ausência de material sobre arquitetura moderna e contemporânea na Bolívia fez com que o país fosse substituído por outro de maior facilidade para pesquisa online.

talizando um máximo de sete nomes, num tempo de oito minutos, na Universidade Federal de São João del Rei, em 2016. Na sequência desse *quiz*, costumo propor o mesmo desafio para arquitetos ou arquitetas negros/as. Quando o público consegue citar um ou dois nomes, já é um sucesso estrondoso e, ao mesmo tempo, triste comprovação do quanto a área ignora, desconsidera e não está interessada em conhecer a produção arquitetônica das pessoas negras.

Historicamente, a dominação colonial impediu o acesso ao ensino superior das pessoas negras no mundo todo. A despeito das inúmeras barreiras raciais e sociais, Julian Abele graduou-se arquiteto em 1902 pela Universidade da Pensilvânia (EUA) e, em 1936, Beverly Lorraine Greene foi a primeira afro-americana arquiteta pela Universidade de Illinois. No Brasil ocorrem, entre os anos de 1930 e 1950, as fundações de escolas tradicionais de arquitetura no país, como a UFMG ou a USP,<sup>12</sup> a partir das quais podemos citar inúmeros arquitetos – majoritariamente homens brancos. Diferentemente dos Estados Unidos, faltam no país pesquisas que identifiquem alunos/as negros/as egressos/as dos primórdios do ensino de arquitetura no país, não obstante a larga tradição familiar das pessoas negras em construção civil e o ingresso significativo de alunos/as negros/as nos cursos de arquitetura e urbanismo, na última década, resultado da política de cotas.

Há um silêncio quase generalizado em torno de relevantes personalidades negras da construção civil brasileira (MOASSAB et al., 2016). Os irmãos engenheiros André e Antônio Rebouças, a darem nome à importante avenida na capital paulista, são um dos poucos exemplos a receber a devida atenção da historiografia recente. Além dos arrojados empreendimentos ferroviários com que se fizeram populares, é de autoria deles o primeiro grande plano de saneamento do Rio de Janeiro, responsável por inaugurar o abastecimento de água domiciliar para os mais pobres da então capital nacional. Trabalhos similares foram encomendados para a Curitiba imperial, a ponto da fonte na Praça Zacarias ser-lhes dedicada. Na capital paranaense, outro construtor negro é digno de menção, como Vicente Moreira de Freitas, um dos mestres à frente da reforma da Igreja Matriz, atual catedral, para citar apenas estes (ibid.).

É esse envolvimento familiar com a construção civil que leva Enedina Marques a estudar engenharia civil, tornando-se a primeira engenheira negra do país, graduada nos anos de 1940, pela UFPR, com todas as dificuldades inerentes a ser mulher e negra num curso de engenharia civil. É possível que outras pessoas negras tenham se interessado e se graduado arquiteto ou arquiteta no mesmo período, informação que desconhecemos.

O arquiteto baiano Zulu Araújo, formado em 1984 pela Universidade Federal da Bahia, acredita que cerca de 1,8% dos/as arquitetos/as no país são negros/as. Ora, isto significa que pelo menos 1.800 arquitetos/as negros/as exercem a profissão, com base no censo do CAUBR realizado em 2012.<sup>13</sup> No entanto, pouco sabemos sobre a realidade destes/as profissionais, seus desafios na carreira ou durante a sua formação.<sup>14</sup>

Ainda que o número de arquitetos/as negros/as arquitetas no continente americano possa ser reduzido – não o sabemos –, funcionam mais de uma centena de escolas de arquite-

---

12 A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, atual UFRJ, criada em 1816, foi a primeira escola de arquitetura do país e única até os anos 30 do século XX.

13 Em 2015, entramos em contato com o CAUBR para pedir os dados do censo separados por raça, já que somente a separação por gênero estava disponível online. Em resposta, o CAUBR afirmou não ter coletado os dados com base racial. Ou seja, perdeu-se uma excelente oportunidade para sabermos quantos são e quais as condições de trabalhos da/o profissional negra/o no país, trabalho ainda por ser feito.

14 Sobre esta questão, escrevi com Joice Berth o texto "Arquitetas negras: apagamento e invisibilidade", publicado na revista *Arquitetas Invisíveis*, n. 2. Na ocasião, entrevistamos onze arquitetas negras, brasileiras e africanas, com o propósito de dar visibilidade e chamar a atenção para os obstáculos de ser mulher e negra na área.

tura no continente africano, para citar o óbvio: existem muitos/as arquitetos/as negros/as produzindo arquitetura de excelente qualidade e atualidade. E é no continente africano que boa parte do debate mais rico sobre arquitetura contemporânea vem sendo produzida, reflexões pouquíssimo conhecidas no ocidente e particularmente interessantes para os países pobres, como é o caso do Brasil e demais países na América Latina.

Este é o caso do African Centre for Cities,<sup>15</sup> criado em 2007 na Universidade de Cape Town. Sob a direção do urbanista Edgar Pieterse, o centro de pesquisa tem feito um trabalho crítico extremamente ousado e inovador, orientado para promover um “desenvolvimento urbano vibrante, democrático e sustentável no Sul global, a partir de uma perspectiva africana”, como consta em seu site. Na última década, o ACC publicou diversos livros, entre os quais destacamos: *Rogue urbanism: emergent African cities* (2013),<sup>16</sup> *Africa's urban revolution* (2014) ou *Mean streets: migration, xenophobia and informality in SA* (2016).

Outros temas relevantes advindos do continente podem ser verificados na revista *Archiafrika*,<sup>17</sup> editada pelo arquiteto ganense Joe Addo. A revista tem proposto debates de excelência sobre o ambiente construído e sobre o papel sociocultural do design. O objetivo da publicação é promover estratégias projetivas desenvolvidas no continente africano voltadas para os desafios do continente e para o engajamento nas novas gerações de profissionais ao diálogo crítico. Em 2013, a revista organizou o seminário “African perspectives: the Lagos dialogues” realizado na Nigéria, com o objetivo de fomentar um fórum de discussão sobre temas emergentes relacionados às cidades africanas e o ambiente construído. Os cinco principais temas foram (1) a diáspora africana: cultura, arte e interdisciplinaridade; (2) hábitos de morar; (3) cidades africanas e políticas habitacionais; (4) os mundos físicos e virtuais da África; e (5) os novos imperativos verdes e tecnologias para a África urbana. A chamada de trabalhos convidava também para envio de projetos, intervenções culturais e diversas plataformas possíveis relacionadas aos temas propostos.

Em apenas dois exemplos é possível vislumbrar a riqueza do ambiente intelectual e crítico na produção e no debate em arquitetura no continente africano, feita majoritariamente por arquitetos e arquitetas negros/as totalmente ignorados/as no cenário brasileiro.

A clivagem racial na área não é um debate novo. Este foi o motivo da criação, nos anos de 1970, do prêmio Aga Khan de arquitetura – com o propósito de reconhecer e laurear práticas arquitetônicas do mundo islâmico. A despeito de ser uma premiação maior que o Pritzker, ela não recebe a atenção midiática que a sua equivalente ocidental tem. Arquitetos como Francis Kéré e Kunlé Adeyemi, ganhador e finalista do Aga Khan, jamais seriam nomeados pelo Pritzker – ainda que o prêmio tenha ensaiado inovações nas escolhas do júri das últimas edições.

Na mesma direção, para contornar a clivagem racial e geográfica na produção de conhecimento na área, mais recentemente foi instaurado o Prêmio Africa Architecture Award 2017,<sup>18</sup> para o qual foram recebidos mais de 300 projetos para avaliação em quatro categorias: projeto construído; projetos especulativos; projetos emergentes e diálogos críticos. Foram premiados/as nas quatro categorias, respectivamente, um sul-africano, uma arquiteta da Guiné-Conacri, um arquiteto nigeriano e uma arquiteta angolana. Vale destacar que metade da premiação foi recebida por mulheres, um avanço no que diz respeito às clivagens de gênero usuais neste

<sup>15</sup> Ver [www.africancentreforcities.net](http://www.africancentreforcities.net).

<sup>16</sup> Em coautoria com a arquiteta cabo-verdiana Patti Anahory, publiquei neste livro o capítulo “A provocation for island urbanity”.

<sup>17</sup> Ver [archiafrika.org](http://archiafrika.org).

<sup>18</sup> Ver [africaarchitectureawards.com](http://africaarchitectureawards.com).



tipo de concurso.<sup>19</sup> O grande vencedor foi o escritório sul-africano Choromsky Architects, com o projeto para o museu Umkhumbane, primeiro museu dedicado ao povo Zulu na África do Sul.<sup>20</sup> O bairro do museu foi local de inúmeros despejos forçados nos anos 1950 e 1960, em função do *apartheid*, o que torna mais importante o reconhecimento e premiação do projeto ali construído.

Não obstante toda a riqueza da produção intelectual e arquitetônica no continente africano, a literatura especializada a ignora solenemente. Nem o debate, tampouco a produção ou os arquitetos e as arquitetas do continente africano são estudados/as e sequer mencionados/as nas escolas de arquitetura. Muitas vezes, nem mesmo nas escolas africanas, cujos *currículi* mantêm um ensino eurocêntrico, semelhante ao resto do mundo. O Brasil, que tem 54% da sua população negra, igualmente dá as costas para esta produção, reeditando acriticamente um padrão de debate e produção espacial exclusivamente referenciado, balizado e valorizado pela arquitetura brancocêntrica, que caracteriza o modelo civilizatório da modernidade ocidental.

Provavelmente a UNILA é das primeiras escolas de arquitetura e urbanismo do país a registrar em seu projeto político pedagógico o atendimento da lei 11.645/08 – mesmo assim, equivocadamente interpretada na instituição, a princípio, como aplicável apenas a cursos de licenciatura. A lei federal institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros. Ainda que não seja obrigatório num curso de arquitetura e urbanismo, é recomendável pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como demonstra o seu manual de avaliação de cursos de graduação. Ademais, numa Universidade e num curso voltados para a integração regional, faz-se extremamente pertinente a inclusão e valorização de “outras arquiteturas”, isto é, saberes arquitetônicos usualmente desconsiderados da produção científica. Esta perspectiva é contemplada ao longo do eixo de instrumentação crítica e técnica, sobretudo, e em disciplinas optativas como “Arquiteturas Indígenas”; “Arquiteturas Afro-Brasileiras” e “Arquiteturas e Cidades Africanas”, bem como naquelas cujo cerne é a produção latino-americana (UNILA, 2014, p. 16). Com o intuito de demonstrar os desafios da inserção da categoria analítica racial no ensino de arquitetura e urbanismo, farei um breve relato a partir das disciplinas optativas “Arquiteturas Afro-Brasileiras” (2014, 2017) e “Arquiteturas e Cidades Africanas” (2015), por mim ministradas.<sup>21</sup>

A disciplina Arquiteturas “Afro-Brasileiras” foi ofertada pela primeira vez em simultâneo aos projetos de extensão “Os orixás em terras de *m’boi*” e “Cartografias do Devir no Quilombo Apepu”, ambos por mim coordenados, em atendimento a demandas da comunidade local: o primeiro referente ao mapeamento das religiões de matriz africana em Foz do Iguaçu e o outro, consistindo no acompanhamento da implantação das casas do Programa Nacional de Habitação Rural no Quilombo Apepu, no município vizinho de São Miguel Iguaçu. A relação ensino-

---

<sup>19</sup> Contudo, interessa analisar o porquê da maior participação e destaque das mulheres nas categorias projetos especulativos e diálogos críticos, mostrando, mais uma vez, como a área projetiva tem sido dominada por homens, independentemente do recorte étnico-racial. Além disso, outras assimetrias merecem ser consideradas, como é o caso do número de inscritos e da premiação na categoria “projetos construídos” ter sido dominado por sul-africanos/as. É, certamente, a África do Sul, país mais rico do continente, aquele com mais possibilidades de apresentar projetos efetivamente construídos, o que fica evidente nas 97 inscrições oriundas desse país contra as 23 do Quênia, segundo país com maior número de inscritos/as. A clivagem econômica é um importante fator de apagamento a ser considerado em arquitetura, que reforça o padrão colonial norte/sul e está presente nas assimetrias regionais.

<sup>20</sup> O arquiteto Ron Choromanski, diretor do escritório ganhador do prêmio, é ele próprio a materialização da história da segregação racial na África do Sul. Sua família, por ser mestiça, foi separada pelas leis raciais do *apartheid*. Alguns familiares foram classificados como brancos, enquanto outros, incluindo o arquiteto, foram categorizados como “*coloured*”, termo local para designar pessoas mestiças. As pessoas não brancas de sua família não tiveram acesso às boas escolas, hospitais e bairros de Durban.

<sup>21</sup> A disciplina Arquiteturas Indígenas ainda não foi ministrada pela falta de docentes no curso, cujo quadro de efetivos não chegou a se consolidar.

-extensão não é casual: ela demonstra uma demanda real da sociedade para reflexão e ação da arquitetura e do urbanismo nas questões étnico-raciais estruturantes da sociedade brasileira, da ocupação de seu território e da espacialidade de seus espaços domésticos. O objetivo da disciplina é problematizar

as invisibilidades deliberadas produzidas na literatura dominante em arquitetura e urbanismo. O sistema de produção de sentidos e a exclusão dos negros na arquitetura brasileira, tanto da sua produção atual e contemporânea, quanto sua colaboração para a história da arquitetura no país. A relevância do tema para o debate da produção arquitetônica contemporânea e o ensino de arquitetura. As questões tangenciais ao contexto latino-americano (UNILA, 2014, p. 141).

Para este fim, o plano de ensino da primeira edição foi organizado com os seguintes temas de aula: relações étnico-raciais no Brasil; introdução às relações étnico-raciais na América Latina; invisibilidade simbólica; relações étnico-raciais, espacialidade e território; invisibilidade, arquitetura e poder; panorama da arquitetura africana; arquitetura dos escravos e da escravidão no Brasil; genealogia africana na arquitetura popular brasileira; arquitetura e territórios quilombolas; arquitetura e territórios das religiosidades afro-brasileiras; e arquitetura ribeirinha, sertaneja, das comunidades extrativistas e piscatórias. As aulas seguiram com debate de textos, apresentação de seminários, visita técnica ao Quilombo Apepu e elaboração de um trabalho final, no formato de pôster, para o qual a turma foi dividida em dois grupos. Um dos grupos trabalhou sobre a transformação da moradia afro-brasileira, analisando o legado de povos do atual Moçambique na espacialidade do quilombo Apepu. O outro grupo destrinchou a relação territorial das religiões afro-brasileiras, incluindo o mapeamento das casas religiosas em Foz do Iguaçu. Ambos complementaram e aprofundaram os debates dos projetos de extensão, cujos alunos e alunas bolsistas frequentaram também a disciplina.

Apesar de ter sido uma experiência isolada enquanto disciplina, voltando a ser ofertada apenas no segundo semestre de 2017, o debate ali desenvolvido teve continuidade em projetos de pesquisa e extensão, inclusive no premiado projeto de pesquisa “Arquiteturas Afro-Latinas: uma análise histórica e crítica do patrimônio arquitetônico de influência africana na América Latina e no Caribe” coordenado pela autora e pela docente Céline Veríssimo.<sup>22</sup>

Na segunda edição da disciplina, foram feitas algumas alterações no plano de ensino, introduzindo autores/as clássicos/as do debate étnico-racial, como Frantz Fanon, Lélia González e Clóvis Moura, além de poucos textos de arquitetos/as sobre o tema: Estela Ramos (UNIME), Fabio Velame (UFBA), Jaime Almeida (UnB) e eu. Havia um grande número de estudantes estrangeiros/as nessa edição, sendo apenas 1 brasileiro numa turma de 15 alunos/as.<sup>23</sup>

Por sua vez, a disciplina “Arquiteturas e Cidades Africanas” teve menor relação direta com projetos de pesquisa/extensão em andamento. No entanto, influenciou o debate público sobre o tema, tendo produzido, como resultado final, uma exposição integrante das comemorações do Dia da África na UNILA, bem como inaugurou uma página no Facebook sobre arquitetura africana<sup>24</sup> – um dos poucos ambientes virtuais, em português, dedicados ao tema, o qual atingiu rapidamente mais de 1,3 mil curtidas.

<sup>22</sup> O projeto foi selecionado para a XXX Bienal Internacional do Chile, 2017, que teve por tema “Diálogos Impostergables”. A UNILA, com este projeto, foi a única universidade brasileira com trabalho exposto na categoria “Academia”. Em adição, a curadoria da Bienal incluiu o nosso trabalho entre os 20 melhores para serem levados à “XXVI Asamblea de Ministros y Máximas Autoridades de Vivienda y Urbanismo de América Latina y el Caribe”, realizada em Buenos Aires, em junho do mesmo ano.

<sup>23</sup> Não obstante a grata surpresa de perceber o interesse do alunado estrangeiro pelo tema, importa refletir, por outro lado, os motivos pela falta de discentes brasileiros/as interessados/as na optativa.

<sup>24</sup> “Arqui\_África: por uma decolonialidade do saber arquitetônico”: [www.facebook.com/arquiteturaficana](http://www.facebook.com/arquiteturaficana).

O plano de ensino da disciplina foi organizado nos seguintes temas: noções sobre a história do continente africano e os seus povos; cidades na África antiga; o colonialismo e o redesenho do território; a relação entre urbanismo, poder e colonialismo; aspectos gerais do urbanismo colonial português; cidades em Angola e Moçambique; cidades nos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; aspectos gerais da dominação italiana em África; o *apartheid* e o desenho das cidades sul-africanas; arquitetura moderna em África; arquitetura, pós-independência e identidade; as cidades africanas contemporâneas; e a neocolonização: os efeitos da globalização em territórios recém-independentes. O trabalho final foi dedicado à arquitetura contemporânea africana. Cada aluno/a pesquisou e produziu um pôster sobre um/a arquiteto/a de destaque no continente na atualidade, a saber: Abiola YaYa (Benin); Angela Mingas (Angola); David Adjaye (Tanzânia); Francis Kéré (Burkina Faso); Issa Diabaté (Costa do Marfim); Joe Addo (Gana); Kunklé Adeyemi (Nigéria); Lesley Lokko (Gana); Luyanda Mpahlwa (África do Sul); Mokena Makeka (África do Sul); Patti Anahory (Cabo Verde) e o coletivo ADAUA.

Vale mencionar que a dificuldade de pesquisa sobre qualquer tema africano foi amplamente debatida. Em específico, ficou evidente ao alunado a ausência de material sobre os arquitetos africanos, e, mais difícil ainda, sobre as arquitetas. Em outras palavras, a interseccionalidade raça/gênero merece ser muito mais problematizada do que vem sendo, sobretudo nas áreas mais tecnológicas e nas ciências sociais aplicadas, como é o caso da arquitetura e urbanismo.

Com o ingresso intensificado de negros/as na Universidade é cada vez mais urgente a inclusão do debate racial em todas as áreas de conhecimento e, de suma importância, que alunos/as negros/as possam se identificar com profissionais na área e sua produção. O exclusivo recorte androcêntrico e brancocêntrico característico da arquitetura e urbanismo deve ser cada vez mais constrangedor na medida em que é confrontado com uma realidade mais diversa em sala de aula. A ampliação do debate certamente enriquecerá a produção científica e a prática profissional das futuras gerações.

No caso da nossa experiência no CAU UNILA, ainda que isoladas enquanto disciplinas não são enquanto questão, já que o debate de gênero e raça parece permanente no curso, seja pelo esforço de docentes afeitos/as à temática, seja por conta do seu PPC ou ainda, devido ao tema ser bastante presente na própria universidade, no movimento estudantil e nas disciplinas do Ciclo Comum de Estudos.<sup>25</sup> Como resultado, temos podido observar nos primeiros trabalhos de conclusão de curso, de livre escolha do alunado, alguma presença da questão racial e de gênero, evidenciando a importância do ensino, pesquisa e extensão na formação profissional e na visão de mundo ampliada do egresso e egressa do curso.<sup>26</sup>

## O branqueamento do patrimônio arquitetônico

Como demonstrado até aqui, a ausência de referências arquitetônicas de obras feitas por mulheres e pessoas negras é um grande desafio a ser superado no ensino de arquitetura e ur-

---

<sup>25</sup> Unidade curricular obrigatória a todos os discentes da UNILA que inclui ensino de línguas, filosofia e fundamentos da América Latina, ministrada do 1º ao 3º semestres. Absorvido como parte integrante e basilar do CAU UNILA, é no ciclo comum que são disponibilizadas as primeiras ferramentas críticas aos estudantes, a serem aprofundadas especificamente nos semestres avançados do curso.

<sup>26</sup> São alguns destes trabalhos: *Casa Branca, Terra Roxa* (de Maicon Rugeri, orientação de Andréia Moassab e com imagens publicadas na seção de “Ensaio” no presente número da revista *Epistemologias do Sul*), *Kuña Paraguai roga, una perspectiva feminista para el albergue de la Universidad Nacional del Este – PY* (de Ruth Cañete, orientação de Leo Name e coorientação de Andréia Moassab), *Por una justicia ambiental y racial* (de Lidia Tellez, orientação de Leo Name e coorientação de Céline Veríssimo).

banismo, para o qual enorme esforço do corpo docente é demandado, exigindo que o/a professor/a saia da zona de conforto e repetição permanente de um repertório limitado, usualmente masculino e branco. Contudo, os desafios de introduzir as categorias gênero e especificamente, raça, nos estudos arquitetônicos e urbanos, vão muito além de profissionais invisibilizados/as. É necessário também problematizar a total ausência de referências arquitetônicas de origem africana (e indígena) no ensino e na prática profissional em arquitetura e urbanismo no Brasil, cujas consequências têm sido um lento e contínuo “branqueamento arquitetônico” no país. Em pleno século XXI, as representações da cidade e da arquitetura continuam operando em acordo com a racionalidade colonial e colonizadora da modernidade, baseada em critérios hegemônicos de saber e de desenvolvimento. A arquitetura, área do conhecimento na interface entre cultura e ciência, sob os auspícios da modernidade tem sido instrumentalizada como vetor de imposição dos valores simbólicos dominantes, cuja análise da representação das cidades vem confirmar. Ou seja, a arquitetura e suas representações têm perpetuado a produção de não existência, um dos pilares da modernidade, ocultando práticas importantes do saber-fazer arquitetônico e dos hábitos de ocupação espacial brasileiros. Defendemos ser fundamental politizar a discussão acerca da produção de sentidos na área, com vistas a uma reconstrução da memória arquitetônica que inclua uma maior diversidade de práticas construtivas, de ocupação espacial, de estar-no-mundo, de representação simbólica. Finalmente, defendemos práticas de representação arquitetônica livres das racionalidades delineadas pelo dominador como condição fulcral em direção a uma arquitetura da autonomia, voltada para a integração e emancipação do sul global.

Historicamente, as preocupações com a gestão do patrimônio surgem no Brasil nos anos de 1930, durante o Estado Novo. O cunho nacionalista e os ares modernizantes do período buscaram construir a memória cultural nacional pautada sob o desejo da unicidade histórica da nação brasileira (GALVÃO, 2010), embasada nos valores da elite e a elevação a monumento, sobretudo, da arquitetura colonial das estruturas de poder (igrejas, fortes, cadeias, palácios, casas de câmaras). Isto significou registrar a história do Estado como se fosse a história de todos. Estas diretrizes foram predominantes na preservação do patrimônio nacional até a constituinte de 1988, quando novas perspectivas foram acrescentadas, sem, no entanto, abandonar a monumentalização da história oficial.

De ressaltar que a sobreposição da história do Estado à dos povos tem sido comumente naturalizada, com o apoio da perspectiva patrimonialista das agências internacionais. É nessa direção que a preservação do patrimônio arquitetônico tem sido instrumentalizada. No Brasil, um dos casos mais evidentes foi o projeto de “revitalização” do Pelourinho, em Salvador, igualmente apaziguador das tensões e contradições históricas do convívio nada pacífico entre colonizador e escravizados/as. Importa lembrar que o ambiente construído é um sistema semiótico revelador dos povos. O discurso arquitetônico não é indiferente às instituições que conformam cada sociedade. Em outras palavras, a arquitetura produz discurso, atribui sentido e constrói realidade: é um dispositivo de produção de verdades. Uma vez que o espaço é uma categoria política (FOUCAULT, 1988), a sua demarcação é prática de poder, da escala da casa e do lote à cidade.

Ao propormos uma reflexão da preservação do patrimônio arquitetônico e o seu vínculo com o poder instituído não se está apontando para a sua desvalorização ou substituição. Ao contrário, trata-se de alargar o escopo da preservação arquitetônica, acrescentando ao padrão dominante outros modos e modelos construtivos, assim como os aspectos imateriais da arquitetura, os quais têm merecido raros espaços no debate sobre patrimônio arquitetônico, a despeito das novas perspectivas enunciadas a partir da constituição de 1988.

No conjunto das 96 cidades tombadas pelo IPHAN, houve o acréscimo, a partir da nova constituição, de importantes núcleos urbanos do sul do país, com predominante imigração europeia, como é o caso de Itaiópolis e Laranjeiras, ambas em Santa Catarina. Ao mesmo tempo, núcleos urbanos pouco monumentais, porém relevantes para as identidades regionais, como Parnaíba, no Piauí, também foram acrescidas ao livro nacional do tombo (LIMA, 2009). No entanto, poucas referências são feitas à cultura afro-brasileira (e indígena), tanto no concernente a cidades e povoados quanto a bens arquitetônicos isolados.

Dos quase mil bens arquitetônicos protegidos pelo Estado Nacional, quase a metade (40%) refere-se estruturas religiosas de matriz católica (igrejas, capelas, conventos, mosteiros); outros 20% dizem respeito a edifícios e infraestruturas administrativo-institucionais (cadeias, câmaras, fortes, fortalezas, fontes, aquedutos etc.). Fazendas, engenhos e casas de pessoas ilustres totalizam 13% (ibidem).<sup>27</sup> As casas e casarões tombados, conforme consta na publicação *Casas do Patrimônio* (GALVÃO, 2010), são majoritariamente do período colonial, pertencentes à administração pública ou casas privadas da elite e personagens ilustres, bem como casas bandeiristas e sedes de fazenda (ambas partes do mesmo espectro ideológico e racial)<sup>28</sup>.

Apenas 1% dos bens arquitetônicos tombados concerne à memória afrodescendente (2 quilombos, 6 terreiros, 1 senzala, 1 museu magia-negra), num total de 10 bens. Desses, a maioria, de fato foi tombada após a constituição de 1988, demonstrando que o marco jurídico colaborou para a inclusão dos negros na preservação da memória edilícia nacional, mesmo que permaneça muito incipiente.<sup>29</sup> O recorte racial evidente na patrimonialização da arquitetura brasileira, não está desconectado de um desprezo, na historiografia da disciplina, às construções, tecnologias e técnicas fora do padrão dominante. Em especial, com o advento do concreto e da arquitetura moderna no século XX, materiais como adobe, taipa, tijolo, bambu, foram deixados à margem das publicações e das escolas de arquitetura. Numa cultura arquitetônica de sobrevalorização do concreto é evidente que as casas quilombolas, as palafitas e flutuantes ribeirinhas, as vilas de pescadores, as casas caiçaras, as ocas indígenas e todo o vasto leque de tipologias construtivas construídas por pessoas não-brancas no país correm o risco de desaparecer. Em adição, a sedução pelo bloco-cimento, tem levado a nova geração de mestres construtores em diversas comunidades a substituir as técnicas antigas pelos novos materiais, nem sempre com bons resultados, no que tange às adaptações climáticas ou custos (CARDOSO, 2010; MOASSAB, 2013a).

Para além da questão da necessidade urgente de ampliação na gama do patrimônio arquitetônico brasileiro, é pertinente incluir, igualmente, os processos imateriais da arquitetura. Ambos, o recorte racial e a escolha tecnológica por materiais permanentes, não são casuais, respondem perfeitamente ao modelo civilizatório da modernidade ocidental. Em outras palavras, a preservação não deve limitar-se ao objeto arquitetônico, outrossim, atender-se para registrar o saber-fazer, as técnicas construtivas e tecnologias adequadas a cada época e edificação. Trata-se de conseguir responder não apenas como o bem foi construído, mas também o porquê dessas construções, enquadrando as limitações ambientais, materiais e econômicas de uma época, as quais foram fundamentais para os seus resultados arquitetônicos (LIMA, 2008).

---

<sup>27</sup> Dados computados pela autora, em 2013, a partir da publicação de *Bens Móveis e Imóveis Inscrito no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009)* (LIMA, 2009), excluídos os bens não arquitetônicos (coleções, acervos, paisagens naturais e sítios arqueológicos).

<sup>28</sup> É exceção uma casa em madeira em Curitiba, legado da colonização polonesa (cujo precedente para tombamento foi aberto pela nova constituição). Contudo, ela não é exatamente representativa das massas operárias e camponesas europeias chegadas ao país a partir da segunda metade do século XIX, além de reforçar o recorte racial já evidente no livro do tombo nacional.

<sup>29</sup> Na pesquisa por mim realizada em 2013, foram analisados os bens tombados pela União; foram excluídos da análise os estados e municípios, merecendo maior atenção em pesquisas futuras dessa natureza.



Pesquisas recentes no Brasil têm demonstrado a importância do resgate da história da tecnologia, já que soluções construtivas adotadas pelos povos (em especial, os não brancos) antes do conhecimento dos combustíveis fósseis apresentam rico material para desenvolver tecnologias construtivas mais sustentáveis (ibidem). Neste sentido, é fundamental que instituições e pensadores/as do patrimônio arquitetônico brasileiro reconheçam este legado e apoiassem estudos e conhecimentos a ele vinculados. Vale lembrar a obra do arquiteto egípcio Hassan Fathy ( [1969] 1982), responsável por resgatar técnicas locais, em vias de desaparecimento dada a rápida substituição da tecnologia tradicional pelo concreto, em meados do século XX. Sua obra foi dedicada a pesquisar e implementar soluções arquitetônicas com base no saber local.

A despeito de se reconhecer e apontar os avanços obtidos após a constituição de 1988, passadas três décadas, está-se muito aquém do esperado no que tange à inclusão e valorização do patrimônio arquitetônico de origem africana, afrodescendente e indígena. Provavelmente porque é de fato uma lacuna do pensamento crítico na área compreender as clivagens raciais, em conjunto com aquelas de gênero e classe, estruturantes da sociedade brasileira, todas materializadas nas escolhas dos bens arquitetônicos dignos de tombamento e preservação.

### **Tornar presença: gênero e raça no ensino do século XXI**

Na sequência do que vimos apontando, acreditamos que uma análise mais cuidadosa das heranças dos modos de morar africanos na cultura habitacional brasileira (tanto quanto das ocas indígenas, não contempladas nesse texto), pode elucidar melhores soluções arquitetônicas para as moradias nacionais. É o caso, por exemplo, do pátio interior como articulador do espaço doméstico, um ambiente semiaberto e semipúblico a funcionar como uma expansão do lar. Novas leituras desses hábitos poderiam atender às demandas atuais nas habitações coletivas, por exemplo? A valorização deste patrimônio edificado poderá fazer emergir boas questões de pesquisa para os estudos da arquitetura latino-americana, até então ignorados. Afinal, a modernidade produziu o existente e o não existente (SANTOS, 2006).

Tanto quanto a arquitetura colonial, as técnicas e materiais construtivos utilizados e adaptados pelos outros povos formadores da nação brasileira são dignas de (re)conhecimento como patrimônio edificado nacional. Ademais, são dignos de povoar o imaginário nacional tanto quanto a taipa, o adobe, a telha de barro ou o muxarabi. Com passos tímidos, quase três décadas depois do novo marco legal sobre patrimônio histórico nacional, deve-se registrar que não houve uma reversão significativa do perfil patrimonial tombado da União, mantendo o foco nos edifícios de Estado e religiosos de matriz católica, de recorte colonial e elitista. Em adição, a entrada no século XXI acrescenta variáveis complexas no debate arquitetônico, fazendo emergir a relevância dos processos imateriais na arquitetura, os quais urgem serem valorizados e devidamente arquivados para as gerações presentes e futuras.

Compreender que as clivagens da modernidade são determinadas por uma perspectiva androcêntrica, brancocêntrica, eurocêntrica, urbanocêntrica e burguesa, e não pela qualidade da produção de determinados sujeitos, neste caso, as mulheres e as pessoas negras, é basilar para uma transformação da Universidade, do ensino e do sistema de valoração em arquitetura. Desta feita, incluir as questões de gênero e raça, transversal e permanentemente, no ensino de arquitetura e urbanismo se traduz num compromisso social frente ao trinômio ensino-pesquisa-extensão voltado para a autonomia e emancipação social. Como já afirmamos em outros trabalhos, está nas ciências humanas, por intermédio de pequenos projetos passíveis de multiplicação e desdobramentos, a possibilidade de trazer para a universidade os diversos conhecimentos que ao longo de séculos foram veementemente negligenciados.

A área de arquitetura e urbanismo, em sua natureza entre as humanidades e as exatas, é fundamental para enfrentar a racionalidade reguladora da universidade para que se cumpra seu compromisso social. Fácil não será!

## Referências

- CARDOSO, D. **Desenho de uma poiesis**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.
- FATHY, H. **Construindo com o povo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, (1969) 1982.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GALVÃO, M. (Org.). **Casas do patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2010.
- GONZALEZ, L. e HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- LIMA, F. (Org.). **Bens móveis e imóveis inscritos no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2009)**. Brasília: IPHAN, 2009.
- LIMA, H. A exemplaridade dos sistemas construtivos tradicionais para a inovação em sustentabilidade na arquitetura. **Nutau**, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MIGNOLO, W.D. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOASSAB, A. Housing architecture in Cape Verde. In: TRUSSIANI, E. **Urban planning, architecture and heritage in Cape Verde**. Roma: Orienta, 2013.
- MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssonas e do fetiche do objeto. **Arquitextos**, ano 17, n. 198.07, 2016a.
- MOASSAB, A. Os desafios de introduzir a categoria gênero no ensino de arquitetura e urbanismo. **Revista Arquitetas Invisíveis**, n. 01, 2016b. pp. 61-64.
- MOASSAB, A., BERTH, J. e HOSHINO, T. As marcas urbanas da violência colonial. **Gazeta do Povo**, 13/05/2016.
- OCHY, C. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1. **Ponencias...** Buenos Aires, s.n., 2009.
- SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCOTT-BROWN, D. Sexism and the star system in architecture. In: BERKELEY, E. e MCQUAID, M. (Orgs.). **Architecture: a place for women**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1989.
- UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Foz do Iguaçu, UNILA, 2014.
- VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, p. 177-212, 2013.